

RESENHA

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

JUVENTUDES E CIDADES EDUCADORAS

Maricelia Padilha da Costa

A noção de Educação amplia-se para o conjunto das práticas sociais; isto significa o reconhecimento da multiplicidade de fatores que concorrem para a formação das identidades que se configuram nos sujeitos e nos processos sociais construídos historicamente. Nesse sentido, a perspectiva da educação se estende para além dos horizontes estritamente pedagógicos.

As relações humanas que acontecem nos espaços sociais podem ser consideradas como atos educacionais ampliados. As experiências vividas nas atividades de lazer são exemplos de práticas sociais, que acontecem fora das instituições concebidas para educar.

A amplitude do conceito de educação pode ser concebida pelos setores que dividem-na em: formal, não-formal e informal. Como informal podemos categorizar o conjunto de processos e fatores que geram efeitos educativos sem que tenham sido expressamente configurados para esse fim; refere-se à ação educativa, aquilo que educa e não apenas ao resultado ou efeito educativo. Um filme ainda que não tenha sido produzido com propósitos educativos, pode gerar aprendizagens.

A educação não formal também pode ser constituída por diferentes eventos capazes de combinar formalidade e informalidade educativa. Pode-se considerar as cidades como redes de relação e práticas que configuram um amplo espectro de fatos sociais educativos; pois nelas acontecem práti-

cas sociais e culturais, formação de valores, troca de idéias que compreendem a totalidade do processo educacional. Não existe relação que não se estabeleça num contexto socioespacial produzido pelas ações dos sujeitos históricos concretos.

Entender a noção ampliada de processo educativo requer ultrapassar barreiras disciplinares que separam as usuais noções da educação e da cultura. Entendendo a educação para além das aprendizagens institucionais, compreendê-la também como processo social. Então se concebe a educação como prática cultural, e não apenas como sistema institucional de ensino, pois esta faz parte de um amplo jogo político e ideológico que atravessa a totalidade da vida social tanto em seu aspecto simbólico como econômico.

Assim compreende-se que a cidade se tornou um todo de espaços educativos; compreendendo espaço não como um dado, mas como uma relação social. E é nesses espaços de relações que o ser humano vai se construindo através da participação no desenvolvimento das cidades, nas práticas educativas, nas ações transformadoras dos significados pessoais e culturais.

A educação que configura nos corpos dos sujeitos é em realidade o resultado da formação social desses sujeitos. A noção de corporicidade foi concebida como uma possibilidade para a compreensão dos movimentos que os corpos/sujeitos estabelecem historicamente na organização social das cidades.

Os atos humanos estão sempre relacionados com os processos relacionais, que os indivíduos participam. As identidades sociais urbanas devem ser analisadas na perspectiva da busca dos sentidos dos relacionamentos da complexa teia da vida, tecida em todos os lugares da cidade, tanto nos limites territoriais como simbólicos.

Homens e mulheres passam por transformações, considerando suas circunstâncias de vida. A consciência de si e de mundo acontece pelo amplo processo social e histórico que contribuem para a formação da sensibili-

de humanizada.

A educação ao mesmo tempo em que se dirige aos corpos, se faz através deles; assim como a sociedade é feita pelos sujeitos que a compõem e também os sujeitos são socialmente elaborados. O ser humano é processo e produto das relações sociais; historicamente a sociedade se identifica com os processos humanos que transformam os modos de pensar, agir, sentir e ser.

Assim também a forma como o tempo é concebido, contado, percebido é construído cultural e historicamente. As concepções acerca do tempo relacionam-se com as práticas sociais dos indivíduos e da sociedade. Marx cita: *“O tempo é tudo, o homem não é nada, na melhor das hipóteses, ele é a carcaça do tempo. A qualidade deixa de ter importância. A quantidade decide tudo sozinha: hora por hora, dia por dia”*.

A moderna concepção de tempo se assenta no fato real do aumento da capacidade humana de obter os meios de vida e de transformar a natureza. Nesse sentido, o trabalho humano só apresenta valor pela sua capacidade de produção. Na sociedade capitalista o corpo foi concebido como uma peça a mais na engrenagem da produção. Os sentidos de mecanização do corpo em nome do trabalho só foram possíveis devido às profundas transformações sociais na concepção de ciência, de homem e de mundo.

Devido à necessidade do capitalismo criar mecanismos que garantissem a disciplina corporal, atendendo as necessidades do estabelecimento de uma adequada economia de gestos e atitudes, a medicina se apresenta como a tecnologia capaz de prescrever os cuidados necessários para que os corpos se tornassem compatíveis à ordem produtiva do capital.

À medida que a vida nas cidades tornou-se marcada pelo ritmo urbano e separada dos relacionamentos coletivos e duradouros, as sociedades foram se articulando pelas necessidades, pelo desejo, pela busca da satisfação através do consumo; e o indivíduo afasta-se cada vez mais dos processos

coletivos da vida social.

As necessidades humanas devem ser entendidas como sociais e culturais, construídas de acordo com um determinado momento histórico, necessária à vida em sociedade e não naturais e individuais.

A vida cotidiana nas cidades expressa as lógicas da dominação e da possibilidade de alternativas democráticas para a vida social. Começaram a surgir alternativas políticas de satisfação das novas necessidades cotidianas, a partir da consciência social do pensamento revolucionário.

Em muitos momentos a vida na cidade se dá pela busca de espaços particulares, onde o indivíduo procura isolar-se de tudo que lhe causa medo e constrangimento. A esfera pública orientada pelos interesses do capital passa a ser o palco onde os agentes privados exercem sua competitividade. Assim se produz o individualismo social, gerando a sacralização do mercado, a barbárie e a miséria social. Gera-se uma contradição dos sujeitos com as entidades públicas, devido à utopia neoliberal que aponta a felicidade privada para cada um.

O consumo de mercadorias também é concebido culturalmente, tendo em vista que se realiza num contexto de significação social. Os significados são relacionados com o tátil, o visual, o sentido, a projeção do corpo e seus estímulos para os relacionamentos.

Para a juventude, os espaços de lazer se constituem como verdadeiros espaços de socialização e formação subjetiva. Nas cidades encontram-se os territórios privilegiados para a sociabilidade juvenil.

Entende-se por juventude uma fase que diz respeito às escolhas muitas vezes decisivas para a vida em sociedade, um momento de várias tentativas, de vocações ardentes, da constante busca por aprendizagens, marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos, passando por situações de crises individuais e coletivas, mas também de compromissos e entusiasmo. São momentos cruciais de formação e transformação.

O termo juventude refere-se à uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais, ocorre quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. Porém, a juventude é socialmente variável. A juventude deixa de ser uma condição biológica e passa a ser uma condição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU), define a faixa etária entre 15 e 24 anos, para falar sobre juventude; como um mecanismo para verificar situações estaticamente; porque juventude é um segmento social culturalmente definido.

No Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se adolescente aquele entre 12 e 18 anos de idade, podendo-se estender a proteção em casos excepcionais até os 21 anos.

Definir o que é um jovem apenas situando-o numa determinada faixa etária, é uma maneira simplista da sociedade capitalista, para o estabelecimento de estatísticas ou de definição de idade de escolarização obrigatória.

A definição de juventude é o resultado das experiências sociais de um determinado tempo histórico. As idades não possuem um caráter universal, infância, juventude e vida adulta é resultado da história e varia segundo as formações humanas.

Portanto, a identidade juvenil pode ser entendida como um processo contínuo de transformação individual e coletiva, num jogo de experiências múltiplas. E, ao se referir ao jovem hoje é necessário considerarmos a heterogeneidade das sociedades e sua complexidade.

Grande parte da experiência que os jovens vivenciam hoje, foram socialmente construídas em função das relações e significados herdados de uma cultura de caráter global.

Essa vida social é para os sujeitos uma experimentação de identidades que colocam em jogo as múltiplas personalidades, que requerem as relações sociais. Para compreender a identidade é necessário percebê-la através do contexto da mundialização da sociedade e a complexidade dos fenômenos que ao articularem-se se configuram novas e mutantes identidades.

A identidade coletiva pode ser concebida como um processo de construção de um sistema de ação; nem sempre possível de negociá-la de todo no interior do grupo, já que nos processos coletivos existem os sentidos. Para agir coletivamente é preciso colocar em jogo emoções; amor, ódio, etc. são sentimentos que fazem parte de um corpo individual tentando agir coletivamente; como acontece nos movimentos sociais. Portanto, a dimensão coletiva ocorre num quadro de relações entre a auto-identificação e reconhecimento sociais.

A juventude na década de 20 aparece nos estudos como uma questão de desvio social, já nas décadas de 50 e 60 a juventude passou a ser vista como inovação social, surgem os movimentos estudantis, a contracultura, colocando o jovem como propulsor de mudanças sociais.

A questão do jovem era pouco enfrentada e estudada; a juventude quase sempre era tratada como problema e não como um campo possível de problematização. A categoria sociológica juventude é freqüentemente associada à possibilidade de inovação ou futuro renovado. No Brasil, começaram a surgir políticas públicas mais específicas ao atendimento da juventude, há menos de uma década, até então os jovens se enquadravam nas políticas sociais que atendiam às crianças e os adultos.

Rua (1998) "propõe o entendimento de políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos".

Percebemos que o jovem está na preocupação de muitos governos, algumas propostas são executadas e observamos que se limitam geralmente, a ações que se resumem num conjunto de programas juvenis; constata-se

Profissionais da Educação

que às vezes não atendem aos anseios do público ao qual se destinam. Para Touraine (1998), “o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais”. E ainda reafirma que o objetivo principal da política da juventude há de ser “o fortalecimento do espírito de cidadania que compreende, por sua vez, a confiança nas instituições e a consciência de poder fazer-se ouvir nelas”.

Por trás de toda política está implícita a noção do ou dos sujeitos a quem se destina e suas problemáticas concretas, e dependerá dessa noção o tipo de política e programas produzidos como respostas; evidenciar-se-á de que forma o poder público e a sociedade caracterizam a juventude, como problema social ou como solução para a sociedade contemporânea.

O campo educacional precisa enfrentar o desafio que é conseguir dialogar e compartilhar dos sentidos culturais que são elaborados nas múltiplas redes sociais da juventude.

A organização democrática das cidades precisa constituir-se de espaços públicos que potencializem a identidade juvenil numa perspectiva de pluralidade cultural. Transformar as cidades em cidades educadoras é também lutar para banir a exclusão; é combater a naturalização das desigualdades; é uma transformação social.